



Relatório Institucional 2024

EQUIPE DO INESC
DEZEMBRO/2024

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Elisabetta Recine
Luiz Gonzaga de Araújo
Romi Márcia Bencke
Roseli Faria

Conselho Fiscal

Enid Rocha
Ribamar Araújo
Augustino Veit (*suplente*)

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

**Gerente Financeiro,
Administrativo e de Pessoal**

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves
Thayza Benetti

Equipe de Comunicação

Gabriela Alves
Sílvia Alvarez
Thays Puzzi

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Carolina Alves

Cássia Lopes
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Elisa Rosas
Sheilla Dourado
Thallita de Oliveira

Educador Social

Markão Aborigine

**PMAA – Planejamento,
Monitoramento, Avaliação,
Aprendizagem**

Adriana Silva Alves

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiárias(os)

Eduarda R. Aguiar Figueiredo
Andrey Felype

APOIO INSTITUCIONAL

CLUA – Climate and Land Use Alliance

ETF – Energy Transition Fund (Rockefeller Philanthropy Advisors)

Fastenaktion

Fundação Charles Stewart Mott

Fundação Ford

Fundação Heinrich Böll

Fundar

Fundo Malala

Ibirapitanga

ICS – Instituto Clima e Sociedade

KNH – Kindernothilfe

Misereror

OSF – Open Society Foundations

PPM – Pão para o Mundo

Rainforest Foundation Norway

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

Wellspring

WRI – World Resources Institute

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura
– Edifício Márcia. CEP: 70. 307-900 - Brasília/DF

Telefone: + 55 61 3212-0200

E-mail: inesc@inesc.org.br

Página Eletrônica: www.inesc.org.br

É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita, desde que seja citada a fonte e inclua a referência ao texto original.

Inesc em números 2024

Alcances	<ul style="list-style-type: none">Alcançamos mais de 21 mil pessoas, 56% das quais são mulheres, em 395 atividades realizadas
Público diretamente atendido pelo Inesc em 2024	<ul style="list-style-type: none">465 crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças de organizações e movimentos sociais, 67% dos quais são mulheresFormamos 116 crianças e adolescentes de escolas públicas em Orçamento e Direitos, 54% dos quais são mulheresFormamos 60 estudantes do ensino médio em Orçamento e DireitosFormamos 71 jovens e adultos em Orçamento e DireitosFormamos 218 pessoas em Temas Estratégicos
Campanhas promovidas pelo Inesc ou que contaram com ativa participação do Inesc	<ul style="list-style-type: none">Campanha Periferia da Autoestima: Com o objetivo de visibilizar e reconhecer a beleza e a potência das adolescências periféricas em suas variadas formas de se apresentar. A campanha teve o intuito de sensibilizar a comunidade escolar para a pluralidade que envolve a adolescência e sua contribuição para a comunidade possibilitando olhares e ações que reduzem os preconceitos e as violências.Campanha pelo Auxílio Calamidade Climática: Mais de 120 organizações da sociedade civil se uniram para o lançamento da campanha visando à construção de uma política pública de "Auxílio à Calamidade Climática" para as pessoas atingidas pelos eventos extremos. Dotar o Estado de mecanismos de pactuação, orçamento e instrumentos para agir de maneira rápida é fundamental.Campanha Quero Me Ver no Poder: Realizamos a 3ª edição da campanha Quero Me Ver no Poder, uma iniciativa do Inesc com a Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político. A campanha tem o objetivo de fomentar diálogos sobre a participação das populações sub-representadas na política institucional brasileira, como mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTIQAPN+, e contou também com o lançamento de um e-book.Campanha fósseis e renováveis: Lançamos a 7ª edição de monitoramento dos subsídios oferecidos pelo Governo Federal às fontes fósseis e renováveis, com dados dos anos de 2022 e 2023. Denunciamos e ampliamos o debate público acerca do alto investimento do governo brasileiro nos fósseis em detrimento dos renováveis e do quanto isso impede a real transição energética do país.

<p>Principais produtos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Balanço do Orçamento da União 2023 – Brasil em Reconstrução? • Série com nove estudos sobre o perfil das candidaturas e das pessoas eleitas, nas eleições municipais de 2024 • Nota técnica sobre as renúncias fiscais de 267 empresas do petróleo somam R\$ 260 bilhões • Nota técnica Adaptação na era dos extremos climáticos • Nota técnica sobre Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para as funções Habitação, Saneamento e Urbanismo em 2025 • Nota Técnica sobre Fundo Clima, Eco Invest e o Plano de Transformação Ecológica • Sétima edição do estudo sobre subsídio às energias fósseis e renováveis • Segunda edição da metodologia: Quanto custa tirar um PGTA do papel?
<p>Incidências realizadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizamos, em parceria com organizações e movimentos sociais, 81 incidências, das quais 32 obtiveram resultados efetivos (40%) • Os/as formandos/as realizaram seis atividades de incidência em todo o território nacional
<p>Principais resultados de incidência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um laboratório para elaboração de ações de enfrentamento aos feminicídios no Distrito Federal, fruto de articulação e parceria entre Fiocruz, Ministério das Mulheres, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, pesquisadoras e ativistas • A produção de informações do Inesc alimentou o debate eleitoral, especialmente no que diz respeito aos gastos com políticas públicas e sub-representação de mulheres, pessoas negras e indígenas nos espaços de poder • Aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a reforma tributária do consumo • O Inesc passou a compor o Comitê Consultivo da Taxonomia Sustentável brasileira liderado pelo Ministério da Fazenda • Foi incorporado ao Plano Clima o conceito de Adaptação Antirracista, que orientará as ações do governo brasileiro de enfrentamento às mudanças climáticas • Fomos uma das principais organizações responsáveis pela organização da Cúpula dos Povos frente ao G20 • Criação, no âmbito do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção, da Comissão Permanente de Mudanças Climáticas e Integridade

Sumário

Lista de Siglas	8
Apresentação.....	11
1. Quem somos e como nos organizamos?.....	13
2. Objetivo específico 1: sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo	15
2.1. Formação em Orçamento e Direitos.....	15
2.2. Projeto Onda.....	16
2.3. Projeto Malala.....	17
2.4. Formação em equidade de gênero	19
2.5. Formação Promotoras Legais Populares	19
2.6. Formação lideranças Quilombolas Oriximiná e Óbidos	20
2.7. Promoção da justiça fiscal	20
2.8. Monitorando as políticas sociais, ambientais e de energia... ..	22
2.9. Atuando para evitar retrocessos em espaços internacionais e incidindo por sistemas tributários progressivos, justos, inclusivos e participativos	23
2.9.1. Tributação e Nações Unidas – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional	23
2.9.2. Tributação e G20	23
2.9.3. PTLAC	24
2.9.4. Iniciativa Princípios de Direitos Humanos na Política Fiscal	25

3. Objetivo específico 2: sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional26

3.1. Direito à cidade26

3.2. Justiça ambiental e energia: transição energética com justiça socioambiental26

3.3. Adaptação climática e combate ao racismo ambiental30

3.4. Impactos de grandes empreendimentos32

3.5. Mercado de Carbono32

3.6. Direitos dos povos indígenas33

3.7. III Encontro Nacional de Povos de Terreiro (Ègbé)33

3.8. Atuando na agenda internacional para evitar retrocessos nos territórios.....34

3.8.1. Impactos de acordos internacionais de comércio34

3.8.2. O Inesc na COP 2934

3.8.3. O Inesc na Cúpula dos Povos frente ao G2035

3.8.4. Criação do Fórum Latino-americano da Decolonização da Cooperação.....36

3.8.5. A defesa da criação do Conselho Nacional de Política Externa (Conpeb).....37

3.8.6. Contribuindo para fortalecer a agenda internacional do Consea37

4. Objetivo específico 3: coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista.....38

4.1. A luta por Outro Sistema Político.....38

4.2. Inesc fortalecendo os processos democráticos39

4.2.1. Eleições 202439

4.2.2. Política Nacional de Cuidados 40

4.2.3. Participando da Câmara Técnica de Transformação do Estado.....	40
4.2.4. Participando do Conselho de Participação Social da Presidência da República	41
4.2.5. Participando do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC)	41
5. Objetivo específico 4: o Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimorada.....	42
5.1. Comunicação	43
6. Considerações finais: desafios para 2025.....	45
ANEXO 1: Inserção política do Inesc nos âmbitos local, nacional e internacional.....	47
Em âmbito nacional:	47
Em âmbito internacional:.....	48
ANEXO II: Resultado alcançados em 2024.....	49

Lista de Siglas

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
Aedas	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
Apergs	Associação de Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul
Apib	Articulação dos Povos Indígenas
Apoinme	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
Ascom	Assessoria de Comunicação
BGU	Balanço do Orçamento-Geral da União
BIC	Bank Information Center
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDESS	Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável
Cecoedecon	Centre for Community Economics and Development Consultants Society
Cedaw	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
Cedenpa	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
Cepal	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Coiab	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
Conpeb	Conselho Nacional de Política Externa
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COP	Conferência das Partes das Nações Unidas ¹
CPI	Comissão Pró-Índio
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRE	Coordenação Regional de Ensino
CTICC	Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção
CTTE	Câmara Técnica de Transformação do Estado
DF	Distrito Federal
Eape	Unidade Escola de Formação Continuada dos Profissionais de Educação
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESMPU	Escola Nacional do Ministério Público da União

¹ É o encontro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Fospa	Fórum Social Pan-Amazônico
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
GD	Sistema de Garantia de Direitos
GEPHERG	Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero
GFoD	Global Forum on Discrimination
GI-ESCR	Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights
GT	Grupo de Trabalho
HdB	Empresa Hidrovias do Brasil
IAM	Mecanismo de Responsabilização Independente
IBP	International Budget Partnership
ICS	Instituto Clima e Sociedade
IFC	International Financial Corporation
INA	Indigenistas Associados
Inesc	Instituto de Estudos Socioeconômicos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISA	Instituto Socioambiental
ISP	Internacional de Serviços Públicos
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
Latindadd	Rede Latino-Americana por Justiça Econômica e Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIAPQ+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/ Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não binárias e mais
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
Made/USP	Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MM	Ministério das Mulheres
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAF	Novo Arcabouço Fiscal
OBS	Open Budget Survey
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Opsan/UnB	Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade de Brasília

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PGTA	Plano de Gestão e Ambiental das Terras Indígenas
PL	Projeto de Lei
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLPs	Promotoras Legais Populares
PMAAS	Planejamento, monitoramento, avaliação, aprendizagem e sistematização
PNGATI	Política de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas
PPA	Plano Plurianual
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTLAC	Plataforma Latino-Americana de Tributação
Rebrip	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
RJFALC	Rede de Justiça Fiscal da América Latina e Caribe
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Sinpro	Sindicato dos Professores do DF
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
UNFCITC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional
WWF	World Wildlife Fund

Apresentação

Este foi o segundo ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcado por eventos climáticos extremos, como as enchentes no Rio Grande do Sul, em abril de 2024, que afetaram 478 dos 497 municípios, um total de 2,4 milhões de pessoas – mais de um quinto da população local –, deixando mais de 4 mil desalojados, 173 mortos e 38 desaparecidos. Além disso, o país vivenciou secas extremas no Norte do país e queimadas em quase todos os biomas – especialmente Amazônia, Cerrado e Pantanal. Vários estados enfrentaram os efeitos da fumaça que se espalhou pelo país, agravando problemas de saúde pública e ambiental.

Em outubro, aconteceram as eleições municipais, que consagraram a vitória dos conservadores, pois entre os grandes vencedores estão o Centrão, a direita e a centro-direita que, juntos, irão comandar a maior parte das prefeituras do Brasil nos próximos quatro anos.

Um fenômeno que se agravou em 2024 foi o crescente controle do Legislativo sobre o orçamento do Executivo por intermédio das emendas parlamentares. Nesse ano, as emendas somaram R\$ 40 bilhões, ainda maior que em 2023, que foram R\$ 36 bilhões, o que correspondeu a cerca de um quarto das despesas não obrigatórias. É um recurso desviado das políticas públicas, inclusive das políticas voltadas às mudanças climáticas, que é gasto com pouca ou nenhuma transparência. Além de regar suas bases eleitorais com esses recursos, os parlamentares chantageiam o governo, ameaçando não aprovar leis de interesse do Executivo se as emendas não forem pagas. Avalia-se que boa parte do sucesso eleitoral das direitas se deveu às emendas parlamentares.

Em 2024, aconteceu a regulamentação da reforma tributária do consumo, que foi aprovada no fim do ano. Além de simplificar e racionalizar o sistema tributário, a reforma também resultou em ganhos sociais, como (i) o mecanismo de *cashback* para energia elétrica, água, esgoto e gás natural para famílias empobrecidas cadastradas no Cadastro Único das políticas sociais; (ii) a isenção tributária de produtos da cesta básica de alimentos – redução de 100% de alíquota para hortícolas, frutas e ovos; e (iii) a implementação de imposto seletivo, isto é, um aumento da carga tributária, sobre tabaco e álcool. Contudo, avançou-se pouco na reforma tributária da renda e da riqueza essencial não somente para aumentar a arrecadação, mas também para combater as desigualdades estruturais no país.

No Brasil, apesar de a economia estar indo razoavelmente bem – crescimento pelo segundo ano consecutivo da ordem de 3,4% acompanhado da criação de novos empregos, queda do desemprego e expressiva diminuição das pessoas em situação de fome – a popularidade da gestão Lula está em queda contínua. Aqui, como nos Estados Unidos, os bons resultados econômicos não se refletem em apoio aos governantes.

No cenário internacional, o Brasil assumiu a liderança do G20 com forte agenda na área de tributação, especialmente da tributação dos super-ricos. Marcou gol diplomático quando conseguiu incluir o tema na declaração final dos líderes do G20. O assunto também entrou como um dos compromissos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional, que está sendo negociada no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Tivemos também, paralelo ao G20, a Cúpula dos Povos frente ao G20. A Cúpula dos Povos é um espaço autônomo da sociedade civil que, em 2024, reuniu mais de 480 organizações e movimentos, os quais, de forma independente, organizam as suas lutas, agendas e estratégias.

Ainda no cenário internacional, tivemos a COP 29, que deveria ser a COP do financiamento. O sentimento foi de frustração, com o forte *lobby* do petróleo, e ausência do tema da redução de combustíveis fósseis na declaração final. A única negociação que caminhou foi relativa ao Artigo 6 do Acordo de Paris, que estabelece mecanismos para o funcionamento do mercado de carbono, demonstrando que financeirização da natureza é o caminho que mais se consolida ao longo das COPs.

Nesse contexto, o Inesc atuou monitorando as políticas públicas e seus orçamentos, participando de conselhos de políticas públicas e de debates em torno de programas e ações públicas. Também atuamos, em parceria com outras organizações e movimentos sociais, na defesa da democracia, lutando por processos eleitorais mais justos e inclusivos, assim como incidindo por políticas públicas mais equitativas. Começamos a investir mais energia na agenda de adaptação climática tanto no Brasil quanto nas negociações de clima, considerando os terríveis impactos dos eventos extremos no Brasil. Analisar, monitorar e incidir na agenda de meio ambiente e clima a partir da perspectiva dos direitos humanos e do enfrentamento às desigualdades é fundamental para nós.

Vivenciamos algumas mudanças internas, com a saída de profissionais e a contratação de outros. A mitigação do impacto nas agendas de trabalho do Inesc se deu graças a um modelo de gestão mais horizontalizado e uma equipe comprometida e aguerrida, que constrói a missão do Inesc cotidianamente.

1. Quem somos e como nos organizamos?

O Inesc é uma organização não governamental sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão “**contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o/a cidadão/ã e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade**”.

Criado em 1979, o Inesc orienta-se para ampliar a participação em espaços de poder e de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções, utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Na construção de seus posicionamentos e de suas ações, o instituto atua em estreita parceria com outras organizações, outros movimentos e coletivos sociais.

O ano de 2024 foi de continuidade da implementação do plano estratégico do período de 2022 a 2025. Assim, nossa atuação está organizada em torno de um objetivo geral e de quatro objetivos específicos. Nosso **objetivo geral** é o de contribuir para que o Brasil avance na construção de um ambiente democrático com distribuição de poder e oriente seu orçamento público para promover direitos com equidade. Para alcançarmos essa meta, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**: **(1)** sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo; **(2)** sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional; **(3)** coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista; e **(4)** o Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimoradas.

Esperamos que a nossa atuação, com outros/as, nos leve à conquista de nove **resultados** que são medidos a partir de 21 **indicadores**, incluindo os indicadores de objetivos. Nossas principais **estratégias de atuação** são: a) produzir informações sobre investimentos, políticas públicas, orçamento, justiça fiscal e negociações internacionais para alimentar as lutas por direitos humanos e pela democracia. As áreas centrais de intervenção são aquelas nas quais o Inesc possui expertise: justiça fiscal, saúde, educação, direito à cidade, meio ambiente, igualdade racial, equidade de gênero, povos indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes, outro sistema político; b) formar crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças em orçamento e direitos e justiça fiscal; c) incidir perante o Poder Público – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público –, buscando evitar retrocessos no sistema político e na realização de direitos humanos; d) articular ações de incidência e resistência nos âmbitos local, nacional e internacional; e) trabalhar com outros para potencializar e legitimar o alcance das ações por meio de parcerias, mobilizações e campanhas.

Em 2024, dando continuidade a uma estratégia de sustentabilidade financeira sólida, procuramos manter a diversificação de nossas fontes de financiamento: contamos com o apoio de 19 organizações e administramos seis projetos de articulações de que o Inesc faz parte. Entre organizações financiadoras estão fundações americanas e agências de cooperação solidária internacional. Nosso orçamento foi da ordem de R\$ 9,3 milhões e contamos com uma reserva com pouco mais de R\$ 3 milhões. Nossa equipe alcançou um total de 29 profissionais, incluindo direção, assessoria, área administrativo-financeira e estagiários/as, a maioria composta por mulheres (70%), 47% delas autodeclaradas negras.

Na área administrativa e financeira, o ano de 2024 foi de implementação do sistema Radar, que integra os campos financeiro, contábil e gerencial, dentro de um novo plano de contas seguindo as normas de contabilidade brasileira. Para 2025, a nova etapa do sistema Radar irá incluir o módulo GED, que é a gestão eletrônica de documentos. Esse módulo proporciona maior agilidade na gestão de documentos, além de maior transparência das informações para as auditorias e para a prestação de contas.

Essa nova etapa do Radar demandou formação permanente de toda a equipe do Inesc.

Para atendermos aos nossos princípios de transparência e *accountability*, aprovamos oito políticas institucionais. Uma ainda está em fase de construção, a saber:

1. Política de mobilização de recursos
2. Política de Proteção de Dados e Privacidade
3. Política de Proteção à Infância, Adolescência e Juventude
4. Política de Prevenção a Fraude e Corrupção
5. Política de Promoção da Diversidade com Equidade (versão preliminar)
6. Política de Compras e Contratações de Consultorias e Serviços
7. Manual de Boas Práticas de Cuidados Digitais e Proteção Individual e Coletiva (em revisão)
8. Código de Ética e Responsabilidades
9. Manual de Gestão do Inesc

Disponibilizamos as informações institucionais no nosso site (documentos constitutivos; sócios; conselhos diretor e fiscal; relatórios de atividades, de auditoria e financeiros; projetos e apoiadores, as políticas, entre outras informações). Possuímos, ainda, o *e-mail* institucional falecomoinesc@inesc.org.br, por meio do qual qualquer cidadão/ã pode se comunicar conosco, solicitar informações, apresentar sugestões e encaminhar reclamações.

A seguir, apresentamos os principais resultados alcançados em 2024 em torno dos quatro objetivos específicos que norteiam nosso plano estratégico.

2. Objetivo específico 1: sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo

No âmbito deste objetivo, atuamos em diversas frentes na luta por justiça fiscal: realizamos a formação de crianças, adolescentes, jovens e lideranças de organizações e movimentos sociais para a interpretação e análise do orçamento público na perspectiva dos direitos humanos. Para isso, utilizamos metodologia desenvolvida pelo Inesc intitulada “Orçamento e Direitos”. Realizamos estudos e pesquisas sobre gastos federais em áreas específicas e atuamos, no âmbito internacional, em espaços como a Agenda 2030, o G20, a Cúpula Latino-Americana para uma Tributação Inclusiva, Sustentável e Equitativa e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional.

2.1. Formação em Orçamento e Direitos

Em 2024, o Inesc formou, na metodologia Orçamento e Direitos, **247 pessoas**, das quais 183 são mulheres (74%) e 64 são homens (ver tabela 1). A maior parte das pessoas formadas é composta por pessoas negras, periféricas e jovens lideranças.

TABELA 1 INESC, PESSOAS FORMADAS EM ORÇAMENTO E DIREITOS, POR SEXO, 2024

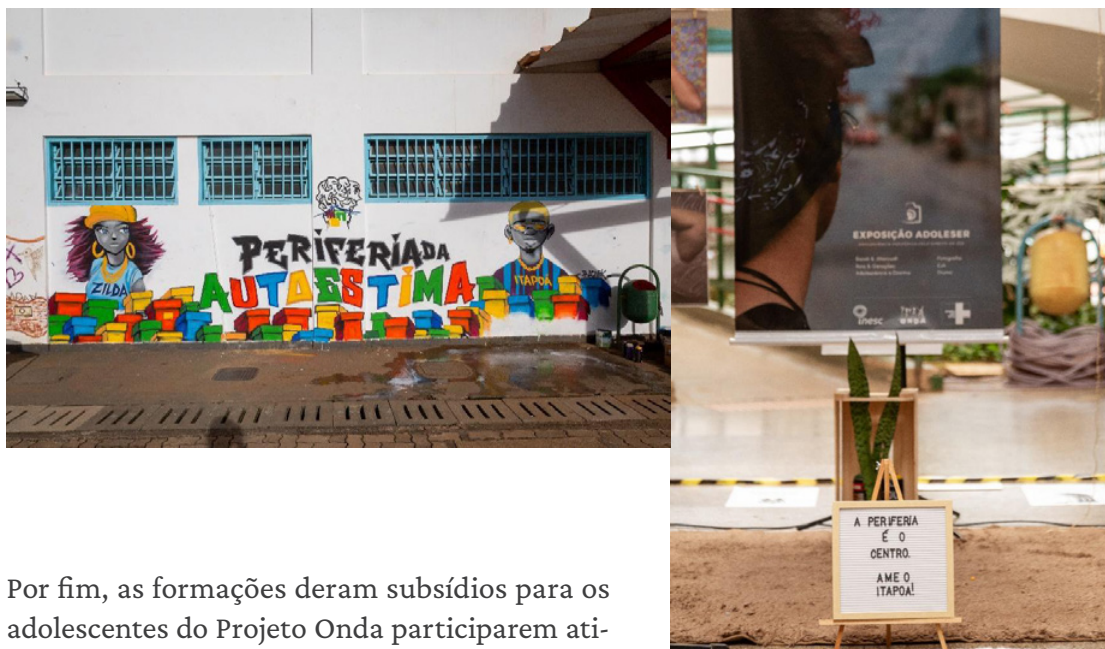
Públicos	Mulheres	Homens	Total
Oficina Direito à educação de qualidade Dandarás e Carolinas	30	0	30
Curso de formação em Equidade de Gênero para Mulheres Alagoanas, do Instituto Geni em parceria com a Superintendência Estadual da Mulher de Alagoas	35	5	40
Oficina Orçamento e Direitos Quilombolas nos territórios de Oriximiná e Óbidos	9	6	15
Meninas de escolas públicas	30	0	30
Oficina de formação sobre Justiça Fiscal e Orçamento Sensível a Gênero e Raça para as Promotoras Legais Populares (PLPs)	16	0	16
Crianças e adolescentes do DF	63	53	116
Total	183	64	247

2.2. Projeto Onda

Em 2024, participaram dos processos formativos 116 adolescentes do **Projeto Onda**, em parceria com o Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns, no Itapoã (DF), dos quais 63 eram meninas e 53 meninos, e 75 se autodeclararam negros (pretos + pardos).

Os conteúdos das formações versavam sobre direitos humanos, sistema de garantia de direitos, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), raça e gênero. O eixo articulador foi o debate sobre identidade, em que foi trabalhada a importância de valorizar e respeitar a diversidade de identidades que dizem respeito à raça/cor, ao território, ao gênero e à orientação sexual.

Os adolescentes elaboraram, com apoio de uma equipe de educomunicação, uma campanha intitulada “**Periferia da Autoestima**”, com o objetivo de visibilizar e reconhecer a beleza e a potência das adolescências periféricas em suas variadas formas de se apresentar. Com base em suas perspectivas, foram produzidos cadernos, músicas, clipes, vídeos, adesivos e cards. A campanha foi lançada na escola e também contou com a exposição AdoleSer, que apresentou os diversos aspectos dos adolescentes participantes do Onda e moradores do Itapoã, sensibilizando a comunidade escolar para a pluralidade que envolve a adolescência e sua contribuição para a comunidade de modo a possibilitar olhares e ações que reduzem os preconceitos e as violências.



Por fim, as formações deram subsídios para os adolescentes do Projeto Onda participarem ativamente da elaboração do novo Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Seminário Distrital realizado pela Secretaria Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Eles e elas participaram de diversos eixos e, em todos, apresentaram propostas que foram aprovadas para serem discutidas no seminário regional. Além disso, uma representante do Onda foi escolhida como titular para participação no seminário regional e dois como suplentes.

Outra incidência importante foi o diálogo da turma do Onda Jovem com o gabinete do deputado distrital Max Maciel sobre mobilidade urbana e a importância de garantir a tarifa zero para o transporte coletivo.



Adolescente do Projeto Onda apresentando proposta no Seminário Distrital para Revisão e Elaboração do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Diálogo com assessores do gabinete do deputado distrital Max Maciel sobre mobilidade urbana e tarifa zero



2.3. Projeto Malala

Durante o ano de 2024, foram realizadas atividades com meninas adolescentes em dois projetos em parceria com o **Fundo Malala**. O primeiro deles, finalizado em julho, teve duração de dois anos. Nesse período, realizamos formações presenciais em uma escola por região do país. A formação da Região Sul foi realizada na escola do Quilombo João Surá, no Paraná, em maio de 2024, com a participação de 10 meninas e jovens mulheres quilombolas.



De 10 de abril a 19 de junho de 2024, foram realizadas 10 oficinas virtuais de aprofundamento nas formações, com a participação ativa de 25 meninas adolescentes e jovens com objetivo de fortalecê-las como ativistas em seus territórios, a partir de uma incidência política sobre a construção do Plano Nacional de Educação com parâmetros antirracista e antissexista.

A esse processo seguiu-se o **encontro presencial em Brasília**, em julho de 2024, com reuniões das meninas com representantes da Secadi/MEC, apresentando a necessidade de intensificar a construção de uma educação antirracista. Realizamos também um ato na Câmara dos Deputados, com ciranda e reivindicação, no *hall* da taquigrafia. Além da equipe Inesc, participaram 26 meninas, jovens mulheres e professoras de vários locais do Brasil.



Em junho de 2024, demos início à realização das atividades do **projeto Dandaras e Carolinas** em parceria com a Conaq e o N'zinga, por uma educação antirracista e antissexista. As atividades se estenderão até junho de 2025, e está em curso a formação na modalidade virtual de 30 meninas de nove estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste, que recebem acompanhamento e realizam atividades presenciais nos seus territórios. Foram realizadas sete oficinas virtuais em 2024, restando outras cinco, cuja ação de incidência “Por um Plano Nacional de Educação Antirracista e Antissexista” está marcada para 2025, em Brasília, no MEC e no Congresso Nacional.

As 10 meninas estudantes do ensino médio mobilizadas pelo Inesc são oriundas do CED 01 do Riacho Fundo II, e seguem com um calendário de encontros e atividades presenciais, ao mesmo tempo que se somam às outras 20 na formação à distância.

Nos dias 17 e 18 de outubro, no CED 01 do Riacho Fundo II, em parceria com a Coordenação Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante (CRE-NB/SEEDF), a Unidade Escola de Formação Continuada dos Profissionais de Educação (Eape/SEEDF), a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Ascom/SEEDF), o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF), o Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero da Universidade de Brasília (GEPPHERG/FE-UnB), o Inesc, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Administração Regional do Riacho Fundo II, foi realizado o **I Seminário de Educação Antirracista**, fortalecendo o escopo das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que determinam o “ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e

indígena na Educação Básica”. O seminário contou com a participação de toda a comunidade escolar nessa importante sensibilização para o enfrentamento do racismo e do sexismo no contexto educacional.



2.4. Formação em equidade de gênero

Realizamos, no dia 16 de maio, a oficina presencial no âmbito do **Curso de Formação em Equidade de Gênero para Mulheres Alagoanas**, do Instituto Geni em parceria com a Superintendência Estadual da Mulher de Alagoas. A oficina teve como conteúdo Orçamento e Direitos das Mulheres, e foi ministrada para 40 pessoas, 35 mulheres e 5 homens. As participantes eram servidoras do estado e de prefeituras, especialmente das secretarias da mulher, saúde, assistência social, desenvolvimento rural, igualdade racial e segurança pública.



2.5. Formação Promotoras Legais Populares

No dia 17 de agosto, realizamos oficina presencial de **Formação sobre Justiça Fiscal e Orçamento Sensível a Gênero e Raça** para as Promotoras Legais Populares (PLPs) – projeto de extensão da Faculdade de Direito da UnB –, com um público de 16 mulheres. A formação aconteceu na Ceilândia, Distrito Federal, no Núcleo de Prática Jurídica. Houve participação de 16 mulheres. O que são PLPs: MPDFT – Promotoras Legais Populares – PLP.



2.6. Formação lideranças Quilombolas Oriximiná e Óbidos



Realizamos também duas oficinas virtuais de **Formação em Orçamento e Direitos Quilombolas**, em parceria com a Comissão Pró-Índio (CPI-SP), tendo como público 14 lideranças quilombolas de Oriximiná e Óbidos, dos quais 10 mulheres e 4 homens.

2.7. Promoção da justiça fiscal

Lançamos, em abril de 2024, a quinta edição do **Balanco do Orçamento da União** intitulada “Brasil em Reconstrução?”. A publicação, que teve ampla repercussão na mídia, avaliou o orçamento do primeiro ano do governo Lula, que foi marcado por um extenso esforço de reconstrução de políticas sociais e ambientais no país, após o desmonte assistido nessas áreas na gestão anterior. Contudo, o aumento de recursos orçamentários não teve o efeito esperado. A recomposição de equipes e das instituições que haviam sido sucateadas dificultou a execução do orçamento de vários ministérios, especialmente os recém-criados. Analisamos os gastos públicos federais em 10 áreas – saúde; educação; direito à cidade; energia; geração distribuída; meio ambiente; indígenas; quilombolas; igualdade racial; mulheres; e crianças e adolescentes –, contextualizando o ambiente econômico e a execução financeira de 2023, e apontamos uma agenda possível e necessária do governo Lula para 2024.



Ao longo de 2024, articulamo-nos com várias outras organizações e outros movimentos sociais no Movimento **Reforma Tributária 3S** – solidária, saudável e sustentável. Pautamos a necessidade de começar a reforma pela renda e pelo patrimônio, mas o governo optou por começar pelo consumo, ficando a renda para 2025. Apoiamos a tributação dos fundos *off shore* apresentada pelo governo e aprovada pelo Parlamento.

Com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que regulamenta a **Reforma Tributária**, foi aprovado no final do ano, posicionamo-nos ativamente. Participamos de atos e seminários denunciando que a proposta não enfrentava o principal problema do nosso sistema tributário, que são as desigualdades. Apresentamos diversas propostas articuladas com o movimento e levantamos a questão da falta de espaço para participação das organizações da sociedade civil nos debates. Também publicamos artigo na *Folha de S. Paulo*, o qual trata da importância da ampliação do *cashback* e da taxaçoão de armas e agrotóxicos, além dos ultraprocessados.



Participamos da **Revisão do relatório OCDE** sobre orçamentos sensíveis a gênero, em que o Inesc aparece como a única organização da sociedade civil a receber uma recomendação, a saber: realizar uma análise orçamentária anual sobre o orçamento sensível a gênero no Brasil, nos moldes da pesquisa sobre justiça fiscal, gênero e raça.

Em fevereiro, o Ministério do Planejamento e Orçamento, em parceria com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), convidou-nos para uma entrevista, no âmbito do trabalho de revisão da Orçamentação Sensível a Gênero no Brasil.

No âmbito do Governo Federal, a apuração dos gastos com mulheres ocorre desde 2021, por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em 2024, foi publicado o terceiro Relatório “A Mulher no Orçamento”, relativo às despesas de 2023. A OCDE tem reconhecido acúmulo de conhecimento no tema “*gender budgeting*”, reunindo melhores práticas de países-membros e evidências dos impactos positivos nas economias. O projeto de revisão apoiará o governo brasileiro no aperfeiçoamento do ciclo de planejamento, orçamento, monitoramento e avaliação sensível a gênero.

Participamos do **Seminário Internacional Orçamento Sensível a Gênero: integrando a perspectiva de igualdade nas finanças públicas**, promovido pela Escola Nacional do Ministério Público da União (ESPMU) e pela ONU Mulheres Brasil, para discutir orçamentos sensíveis a gênero. O Inesc participou do Painel 4 – Transversalidade nas Políticas Públicas e no Orçamento: Desafios e Perspectivas. Registra-se que o Painel 3 demonstrou os resultados do Open Budget Survey (OBS) no Brasil, pesquisa que o Inesc realiza, apresentada por Alexandre Ciconello e Laura Castilho Cabral, do International Budget Partnership (IBP).

2.8. Monitorando as políticas sociais, ambientais e de energia

Conforme mencionado anteriormente, o Inesc monitora políticas públicas de diversas áreas. Assim, por exemplo, na área de educação, lançamos um estudo intitulado “[Análise qualitativa dos gastos subnacionais da educação](#)”, no qual revelamos como a rigidez das regras fiscais, ou Novo Arcabouço Fiscal, atrapalha a execução do previsto no Plano Nacional de Educação, ou seja, o ensino público no país. Na área da criança e do adolescente, continuamos colaborando com a Agenda 227 – Prioridade Absoluta para Crianças e Adolescentes, especialmente no acompanhamento do orçamento federal destinado a esse público.

No que se refere a gênero e raça, unimo-nos a outras organizações na elaboração de um [relatório](#) para apoiar a avaliação do Brasil pelo comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Cedaw) e alertar o órgão da ONU de que o governo não mencionou a questão da justiça tributária em seu relatório. Como integrante do Fórum Feminista Antirracista por uma [Política Nacional de Cuidados](#), manifestamo-nos com relação à construção da nova política e na construção do manifesto “Por uma Política Nacional de Cuidados que enfrente as desigualdades pautada no Bem Viver”, aprovada em 2024.

No que diz respeito aos povos indígenas, lançamos a segunda edição da nossa metodologia “[Quanto custa tirar um PGTA do papel?](#)”, em que estimamos os custos anuais de implementação de mais cinco Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTAs), de acordo com sete áreas de interesse.

Na área ambiental, lançamos uma [Nota Técnica sobre Fundo Clima, Eco Invest e o Plano de Transformação Ecológica](#) com objetivo de estimular a reflexão sobre os novos caminhos do financiamento da política climática no Brasil e como o referido processo está se dando no Brasil, ancorado na narrativa da “transformação ecológica”. Começamos a nos aprofundar no tema da adaptação climática e lançamos uma análise intitulada [Adaptação na era dos extremos climáticos](#) sobre as ações do Governo Federal orientadas à gestão e à redução do risco climático.

Demos passos importantes com relação ao tema do racismo ambiental e, com outras organizações, elaboramos um documento amplo que traz propostas de “[Princípios e Diretrizes para o Enfrentamento do Racismo Ambiental no Brasil](#)” e tem por objetivo contribuir para que gestores públicos, operadores do Direito, a sociedade civil e parlamentares tenham informações pertinentes para abordar o racismo ambiental como uma pauta estruturante das desigualdades socioambientais na elaboração e implementação de políticas públicas.

Lançamos a 7ª edição do [monitoramento dos subsídios](#) aos combustíveis fósseis e às fontes renováveis de energia, analisando o período 2022-2023, revelando que os incentivos direcionados à indústria do petróleo e gás continuam a superar os destinados a fontes renováveis. Para cada R\$ 1 investido em fontes renováveis, outros R\$ 4,52 são destinados a subsidiar combustíveis fósseis.

2.9. Atuando para evitar retrocessos em espaços internacionais e incidindo por sistemas tributários progressivos, justos, inclusivos e participativos

O Inesc, por intermédio de redes das quais faz parte, tem atuado em diversos espaços regionais e internacionais na defesa de sistemas tributários progressivos, justos, inclusivos e participativos.

Em 2024, o Inesc foi reconduzido à copresidência da **Rede Latino-Americana por Justiça Econômica, Social e Climática (Latindadd)** que, entre outras estratégias, tem forte atuação junto às instituições financeiras internacionais (como o FMI e o Banco Mundial) na defesa dos direitos humanos. Também fazemos parte da coordenação da Rede de Justiça Fiscal da América Latina e Caribe, que atua pela implementação de sistemas tributários mais justos, inclusivos e participativos. Integramos, ainda, a iniciativa Princípios de Direitos Humanos na Política Fiscal, que reúne oito organizações internacionais, da América Latina e do Caribe, na difusão da mensagem de que as políticas fiscais devem se orientar pelos direitos humanos.

2.9.1. Tributação e Nações Unidas – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional

A instalação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC, na sua sigla em inglês) foi um resultado extremamente positivo há vários anos almejado por organizações da sociedade civil que atuam na área. Liderados pela União Africana, os países do Sul Global, cansados de regras impostas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em matéria tributária que em nada os beneficiam, resolveram levar o debate para as Nações Unidas, espaço mais democrático e inclusivo. Com o apoio da sociedade civil global, a proposta foi acatada pela maioria dos países e a Assembleia Geral da ONU instalou o processo de implementação da UNFCITC. Em 2024, foram aprovados os termos de referência da Convenção, e o Inesc, representando a Rede de Justiça Fiscal da América Latina e Caribe (RJFALC), participou das negociações na defesa de regras globais de tributação mais justas e inclusivas e que assegurem a realização de direitos humanos. A partir de 2025, e até 2027, será discutido o conteúdo da Convenção, incluindo os dois Protocolos que foram aprovados. O Instituto continuará a incidir nas negociações por intermédio da RJFALC, da qual integra a coordenação.

2.9.2. Tributação e G20

Com o intuito de contribuir para pautar o tema da tributação na agenda do G20, o Inesc mobilizou dezenas de organizações latino-americanas e de outros países para elaborar propostas sobre tributação internacional, especialmente sobre a importância da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional. Em

maio, em nome do grupo, entregamos pessoalmente ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, presidente da trilha financeira do G20, um documento com 11 propostas, várias das quais foram incorporadas nos documentos do C20 e do T20 entregues aos *sherpas* e ministros da Fazenda em julho.

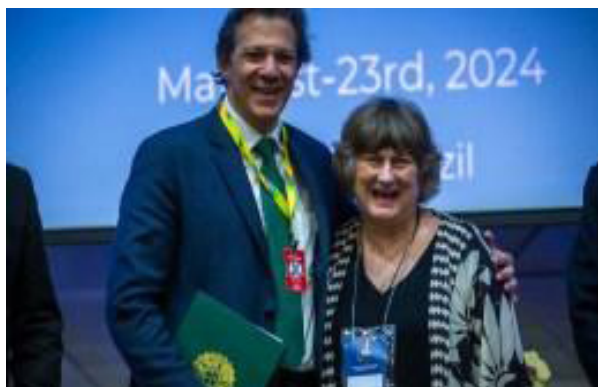
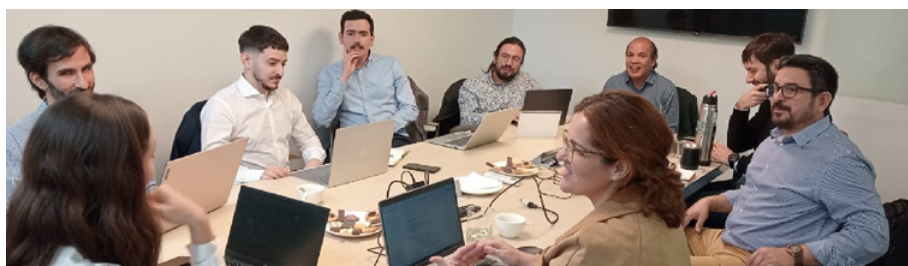


Foto: Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda

Além disso, durante a Cúpula Social do G20, no dia 14 de novembro, no Rio de Janeiro, promovemos com parceiros, nacionais e internacionais, uma atividade autogestionada sobre a importância da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional. Foi também objetivo da iniciativa evidenciar a relevância da UNFCITC para promover a progressiva realização de direitos humanos.

2.9.3. PTLAC

O Inesc, representando a Rede de Justiça Fiscal da América Latina e Caribe, participa do Conselho Consultivo Permanente da Sociedade Civil da Plataforma Latino-Americana de Tributação (PTLAC). Em 2024, o Chile assumiu a presidência *pro-tempore* da Plataforma e retomou os três grupos de trabalho que haviam sido acordados na liderança colombiana: sistemas tributários progressivos, impostos ambientais e incentivos fiscais. O Conselho acompanhou as reuniões dos GTs, contribuindo com comentários e sugestões. Além disso, em maio, no Chile, aproveitando o 36º Seminário Regional de Política Fiscal da Cepal, foi organizada uma reunião de ministros da PTLAC com o Conselho. Na ocasião, foram discutidos temas como a necessidade de ampliar os espaços fiscais dos países da região e o apoio à proposta brasileira no âmbito do G20 de tributar os super-ricos. O Conselho também interagiu com a Plataforma visando à construção de uma posição comum no processo de aprovação dos Termos de Referência da UNFCITC.



2.9.4. Iniciativa Princípios de Direitos Humanos na Política Fiscal

Em 2024, as atividades se concentraram na Plataforma Latino-Americana de Tributação, pois a iniciativa integra o Conselho Consultivo Permanente da Sociedade Civil, no processo de instalação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC) e no G20. As ações de incidência realizadas foram no sentido de que políticas fiscais, de receitas e gastos devem assegurar a realização de direitos humanos.

Em julho, organizamos a 3ª Semana de Justiça Fiscal, na qual realizamos uma série de eventos virtuais com o objetivo de divulgar e debater as estreitas relações entre orçamento público e direitos humanos.

Elaboramos [relatório](#) sombra (*shadow report*), em parceria com Tax Justice Network, Latinidad e Rede de Justiça Fiscal da América Latina e Caribe, para ser submetido à **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, (Cedaw)**. O relatório foi construído em diálogo com organizações e movimentos feministas (Cfemea, Rede Feminista de Saúde, AMB, SOS Corpo), de mulheres negras (Criola, Geledés, AMNB, Casa Laudelina, Odara) e o setorial de mulheres do MST.

Manifestamo-nos com outras organizações, presencialmente, na [sessão da Cedaw](#) que ocorreu em Genebra. O resumo do relatório foi lido durante a sessão de sabatina: “Quais avaliações de impacto de gênero foram realizadas nas reformas tributárias recentes? Houve planos para implementar um sistema tributário que efetive reparações a mulheres indígenas e negras que foram vítimas do colonialismo e de abusos históricos?”. Apesar de todo o esforço, infelizmente, não foi incluída no relatório final.

Participamos da **revisão do relatório OCDE** sobre orçamentos sensíveis a gênero, no qual o Inesc aparece como a única organização da sociedade civil a receber uma recomendação, a saber: realizar uma análise orçamentária anual sobre o orçamento sensível a gênero no Brasil, nos moldes da pesquisa sobre justiça fiscal, gênero e raça.

Participamos do **Seminário Internacional Orçamento Sensível a Gênero: integrando a perspectiva de igualdade nas finanças públicas**, promovido pela Escola Nacional do Ministério Público da União (ESPMU) e pela ONU Mulheres Brasil, a fim de discutir orçamentos sensíveis a gênero. O Inesc participou do Painel 4 – Transversalidade nas Políticas Públicas e no Orçamento: Desafios e Perspectivas. Registra-se que o Painel 3 demonstrou os resultados do Open Budget Survey (OBS) no Brasil, pesquisa que o Inesc realiza, e foi apresentado por Alexandre Ciconello e Laura Castilho Cabral, do International Budget Partnership (IBP).

3. Objetivo específico 2: sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional

O Inesc busca atuar em **territórios** com o intuito de fortalecer alianças com movimentos e organizações, mas também de alimentar as nossas lutas, incidências e análises com as reais necessidades e demandas de quem tem seus direitos violados diuturnamente. Nesse sentido, temos ações no Distrito Federal e na Amazônia, especialmente no Pará, em territórios afetados por grandes empreendimentos da mineração, do agronegócio e de infraestrutura. Também atuamos na defesa dos direitos de povos indígenas e quilombolas.

3.1. Direito à cidade

O Inesc segue integrando a Coalizão Triplo Zero, articulação que defende a tarifa zero, zero emissões e zero mortes no trânsito. A Coalizão, integrada por diversos movimentos e organizações cuja pauta é a melhoria da mobilidade urbana, tem discutido os modelos de financiamento dos sistemas de transporte urbano, e a criação de um Sistema Único de Mobilidade.

O Inesc também acompanhou, localmente, as discussões das reuniões técnicas da Comissão de Transporte e Mobilidade da Câmara Legislativa do DF.

3.2. Justiça ambiental e energia: transição energética com justiça socioambiental

As discussões sobre a **transição energética**, seja no âmbito nacional ou internacional, tem cada dia ganhado mais urgência, tendo em vista a necessidade de descarbonizar as matrizes energéticas diante das mudanças do clima.

No caso internacional, a demanda de fontes fósseis continua a aumentar. Esse, inclusive, é o cenário para as próximas décadas, mesmo diante dos eventos climáticos provocados pelo aquecimento global. O Brasil é um ator cada vez mais emblemático, pois, apesar de se colocar como um protagonista na transição energética global, é um *player* importante na geopolítica do petróleo, correndo a passos largos para ser o quarto maior produtor de petróleo até o final da década.

Ainda assim, a transição no cenário doméstico vem ocorrendo muito focado no setor elétrico, penalizando, no entanto, os consumidores de eletricidade, os quais têm pagado o aumento de fontes renováveis na matriz elétrica e ferindo direitos humanos de populações, sobretudo no Nordeste brasileiro, região onde se tem o maior potencial energético renovável do país.

Diante dessa rápida contextualização, o Inesc tem acumulado discussões e consolidado parcerias com a sociedade civil organizada para que possamos avançar numa transição energética com justiça socioambiental. Abaixo estão listadas algumas ações, resultados, mudanças e desafios alcançados ao longo do ano de 2024 no debate sobre transição energética.

O Inesc, em parceria com as CUTs do Nordeste, com as Federações e os Sindicatos da Mineração, os Setores Elétrico, Metalúrgico e Rurais, as Entidades, a Fundação Friedrich Ebert, a Dieese e a Solidarity Center construíram o **Seminário “Direitos Humanos e Empresas – Impactos Socioambientais e Trabalhistas da Mineração e Energias Renováveis na Região Nordeste”**.

A atividade teve como propósito fazer uma reflexão, organização e unificação das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras e sindicatos nos territórios da região Nordeste impactados pela ação das empresas, especialmente as transnacionais do setor eólico e da mineração.



Essas empresas têm atuado de forma a aumentar a exploração, concentrando cada vez mais a renda e a riqueza e gerando empregos precários e/ou com baixos salários, o que provoca a desterritorialização e atinge a agricultura familiar, além de graves impactos socioambientais nos territórios.

Dialogamos com o Poder Público para que haja **garantia de direitos às populações do campo no âmbito da expansão das fontes renováveis de energia**.

Com a Secretaria-Geral da Presidência da República, pudemos debater e mostrar, juntamente com movimentos do campo, os impactos que os grandes empreendimentos estão causando aos territórios e às populações que lá residem. Ainda sobre os impactos, o [PL nº 2.662/2024](#), que dispõe sobre o arrendamento do imóvel rural para empreendimentos voltados à geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, considera, na sua justificativa, o trabalho realizado pelo Inesc que analisou os contratos injustos firmados entre empresas de energia eólica e pequenos proprietários de terra.

Avançamos no diálogo com o **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**, defendendo que os/as agricultores/as familiares tenham a garantia do direito à seguridade especial da previdência social caso se associem em cooperativa de geração distribuída de energia elétrica. Essa condição foi aprovada no Senado Federal por meio do [PL nº 1.754/2024](#) e agora irá à sanção da Presidência da República.



O Inesc compõe o Grupo de Trabalho sobre Clima e Energia, do **Observatório do Clima** e, ao longo de 2024, pôde contribuir nas discussões que resultaram no estudo [Futuro da energia: visão do Observatório do Clima para uma transição justa no Brasil](#).

A publicação, inédita no país, detalha uma proposta para que o Brasil concretize nos próximos anos – iniciando desde já – uma transição com metas e compromissos firmes, e tecnicamente fundamentados e factíveis, sem ignorar o crescimento da demanda energética em diferentes cenários de crescimento econômico.

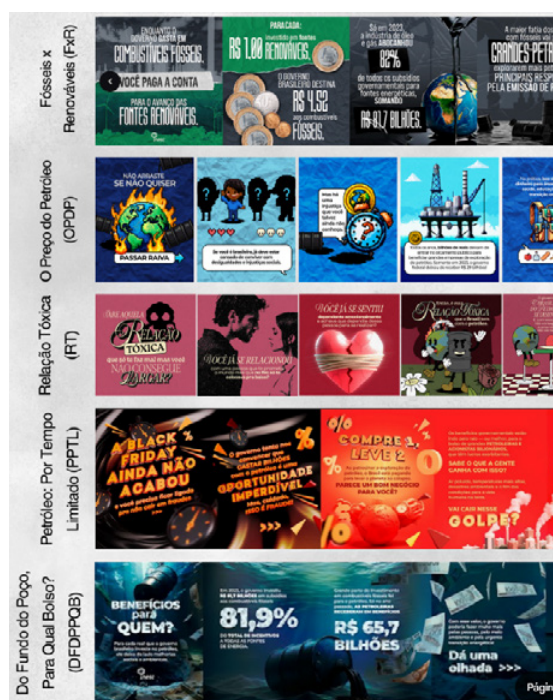
Em novembro de 2024 foi lançada a [sétima edição](#) do monitoramento dos **subsídios aos fósseis**, assim como a segunda edição do monitoramento dos subsídios às fontes renováveis.

O trabalho que vem sendo desenvolvido ano após ano conta com permanente revisão e aperfeiçoamento da metodologia, em especial quando e na medida em que o governo também amplia a transparência relativa ao tema. O Inesc tem feito manifestações nesse sentido. O esforço tem resultado em um notável amadurecimento e reconhecimento da agenda no debate público. Dessa forma, destacamos a utilização do estudo pelo



Tribunal de Contas da União, na [Auditoria publicada em 2024](#), que avaliou a política e as estratégias do governo acerca da transição energética, trazendo dados produzidos pelo Inesc. O Tribunal reforçou a análise acerca da necessidade de revisão da matriz de subsídios aos fósseis e renováveis, sendo essa uma medida relevante para que o governo desenvolva uma estratégia de transição energética mais condizente com as intenções que divulga. Outro tema abordado na análise foi a subutilização da renda petroleira. Assim como no exemplo da auditoria, todo o trabalho do Inesc tem favorecido que se amplie a visão da urgente reforma multilateral dos subsídios ineficientes aos fósseis. Tem, também, estimulado que o tema do uso estratégico da renda do petróleo se conecte ao tema do financiamento climático e da urgente transição energética.

Em 2024 foi lançada a campanha de sensibilização para ampliar a percepção da sociedade em relação ao **tema do petróleo** e da importância de uma reforma dos subsídios como forma de ampliar a capacidade de financiar as políticas climática e de transição energética. A campanha, ainda em curso, demonstra um esforço do Inesc em traduzir os conteúdos técnicos e promover maior disseminação de informações e narrativas que possam contribuir para o engajamento da sociedade na pauta. Os resultados já alcançados demonstram-se positivos em termos de capacidade de alcance de engajamento de público nas pautas trabalhadas.



Em 2024 o Inesc passou a compor o comitê consultivo da **Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB)**. A [entrada do Inesc nesse Comitê](#) reflete o acúmulo e amadurecimento das estratégias de atuação na agenda de salvaguardas, além do contexto de movimentação dos países em busca da aceleração de investimentos ligados à transição energética. No Brasil, como em outros países, essa dinâmica tem implicado mudanças regulatórias e criação de mecanismos e instrumentos que visam atrair investimentos e financiamentos públicos e privados externos, sendo a TSB uma ferramenta chave nessa construção. A taxonomia tem potencial de se tornar o grande marco de salvaguardas socioambientais dos investimentos em projetos de desenvolvimento no país.

Ao mesmo tempo, a Taxonomia implica o desafio e a oportunidade de incorporar na dinâmica do financiamento salvaguardas e critérios de *Do No Significant Harm* (DNSH), bem como de mecanismos mais robustos do setor financeiro dentro das estruturas de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV), que são parte das ferramentas globais de taxonomia.

Na agenda de salvaguardas, o Inesc continuou sua atuação com destaque em 2024 para a atuação no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**) para demandas relacionadas à revisão e ao aperfeiçoamento da política de salvaguardas, com ênfase nos investimentos em energias renováveis. O trabalho de articulação com organizações e movimentos sociais para incidência no BNDES resultou na abertura de espaço de diálogo com as diretorias de energia, socioambiental e de avaliação de risco para tratar do tema das salvaguardas aplicadas a empreendimentos de energia renovável.

3.3. Adaptação climática e combate ao racismo ambiental

Em 2024, as tragédias decorrentes das enchentes no Rio Grande do Sul, da seca histórica na Amazônia e do aumento exponencial das queimadas em território nacional amplificaram o sentido de urgência de uma **política de adaptação climática** que respondesse aos desafios trazidos pelos extremos climáticos. Diante da urgência dessa conjuntura, realizamos um primeiro esforço de análise, materializado numa [Nota Técnica](#), das iniciativas do Governo Federal orientadas à **gestão de riscos e desastres**. Estas vêm sendo implementadas há pouco mais de uma década e no novo Plano Clima-Adaptação comporá um Plano Setorial, [entre outros 15 Planos](#). Essa análise foi base para que fizéssemos diálogos com parlamentares no sentido de pleitear pelo aumento de recursos de emendas (PLOA 2025) que fossem destinadas para as medidas de adaptação nos municípios mais vulneráveis [mapeados pelo Cemaden](#).

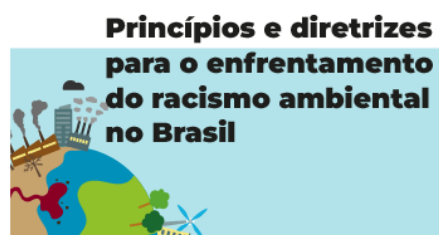
A partir dessa análise, contribuímos também na consulta pública da [Estratégia Nacional de Adaptação](#), submetendo propostas elaboradas coletivamente com as organizações do Observatório do Clima, bem como de maneira individual com o Inesc enfatizando a necessidade do debate público acerca do tema do Federalismo Climático e da necessidade de uma governança robusta e interfederativa que estruture Meio Ambiente e Clima.

Participamos ainda como membros da Rede por Adaptação Antirracista, da elaboração do conceito de Adaptação Antirracista que foi submetido à consulta na Plataforma Brasil Participativo e que foi incorporada ao Plano Clima. Entendemos que esse conceito é central na defesa e na promoção de uma Adaptação Climática Nacional que enfrente as desigualdades raciais, de classe, de gênero e territoriais na medida da desigualdade com que os eventos climáticos extremos impactam as populações e os sujeitos historicamente vulnerabilizados no Brasil.

Adaptação climática antirracista é o enfrentamento às desigualdades raciais, de gênero, geracionais, sociais, regionais e territoriais, a partir de um conjunto de políticas públicas estruturantes, interseccionais e intersetoriais. Essas políticas devem ter como foco assegurar o bem viver, a proteção das vidas vulnerabilizadas e a conservação dos biomas, através de medidas estruturais e emergenciais. As políticas de adaptação antirracista, em sua concepção, planejamento, financiamento, implementação, monitoramento e avaliação, devem incorporar os saberes, as soluções e práticas populares, ancestrais e tradicionais, e as especificidades dos territórios. Sua efetivação visa reduzir os impactos desproporcionais da crise climática e dos eventos climáticos extremos, que afetam principalmente as populações negras, indígenas, quilombolas, tradicionais, periféricas e faveladas, no campo, na cidade, na floresta e nas águas.

Em 2023, o Inesc liderou, juntamente com representantes de 21 organizações com diversidade regional, em Brasília, a oficina “Diálogos sobre os Caminhos para o Enfrentamento ao **Racismo Ambiental** no Brasil”. É importante destacar a composição majoritária de mulheres e de pessoas negras, com atuação nacional e local na construção desse diálogo.

Durante a oficina, foi elaborado um documento com princípios e as diretrizes para o enfrentamento do racismo ambiental no Brasil, e que, em 2024, foi a base de sustentação das atividades de incidência perante os poderes públicos Executivo e Legislativo.



De 5 a 8 de março de 2024, mais de 20 organizações estiveram representadas em Brasília para se manifestarem com relação ao tema da justiça climática e do combate ao racismo ambiental. Foram desenvolvidas iniciativas para influenciar decisores públicos na criação de medidas eficazes de enfrentamento à crise climática. O principal resultado foi a apresentação do documento a atores estratégicos dos poderes Executivo e Legislativo responsáveis pela elaboração e execução de políticas públicas ambientais e sociais. Os diálogos aconteceram com a Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Clima; com o GT Racismo Ambiental e o GT Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista; com o Ministério da Igualdade Racial; com a Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades; com a Secretaria de Vigilância da Saúde do Ministério da Saúde; com a Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da República; com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e, por fim, foi possível articular com a Câmara Técnica de Justiça Climática uma proposta de Resolução para que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) defina princípios e diretrizes para garantia da justiça climática e o combate ao racismo ambiental.



Reunião com o GT Racismo Ambiental e o GT Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

Provocados e impactados pelos eventos climáticos extremos vivenciados em 2024, e avaliando também os que tivemos anteriormente, mais de 150 organizações lançaram a **Campanha Auxílio Calamidade Climática**.² O objetivo da campanha era garantir que o Estado brasileiro implementasse uma política pública de auxílio às vítimas de calamidades climáticas. A campanha não logrou êxito em 2024, no entanto pautou o tema no Parlamento, no Executivo e na sociedade. Avalia-se retomar a campanha tendo em vista a COP 30.

² Disponível em: <https://www.auxiliocalamidade.org/>.

3.4. Impactos de grandes empreendimentos

Em 2024, o projeto **Mulheres Amazônicas** produziu [informativo](#) sobre gênero e políticas públicas no contexto de mulheres e territórios afetados pela extração mineral. O objetivo desse relatório foi analisar o orçamento de Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas, municípios localizados no **sudeste do Pará**, e, assim, entender como tais prefeituras têm alocado recursos em benefício das mulheres que vivem na região.

Como parte do processo de elaboração desse relatório, o grupo de mulheres envolvidas no projeto participaram de diversas atividades, entre elas: Seminário Internacional sobre Política de Cuidado /Belém-PA; Audiência pública sobre violência obstétrica e políticas de saúde em Marabá; Mesa de diálogo com o Ministério das Mulheres e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará; e Facilitação do Grupo de Trabalho sobre CFEM, transição à mineração e incidência sobre os orçamentos municipais durante o Encontro Regional dos Atingidos e Atingidas pela Mineração. Também foram realizadas oficinas de formação para divulgar e aprimorar a leitura do orçamento público com viés de gênero.



3.5. Mercado de Carbono

O Inesc se dedicou à análise do Projeto de Lei nº 182/2024, que estabelece o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, mais popularmente conhecido como **Mercado de Carbono**, aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em novembro de 2024 e aguarda sanção do Presidente da República. A [Nota Técnica](#) tinha como centralidade analisar as diferenças entre a proposta legislativa aprovada em 2022 no Senado Federal e a atual proposta, tecendo algumas considerações sobre os impactos do projeto.

3.6. Direitos dos povos indígenas

O Inesc, em diálogo com os povos indígenas, lançou a 2ª edição de estudo feito a partir da metodologia “Quanto custa tirar um PGTA do papel?”, no qual foram estimados os custos anuais de implementação de mais cinco Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTAs).



Ainda integramos a **Câmara Técnica de Monitoramento e Financiamento do Comitê Gestor da PNGATI**, contribuindo com o debate sobre financiamento das políticas voltadas para os povos indígenas. O Inesc também acompanhou as mobilizações indígenas em defesa dos territórios e contra o Marco Temporal.

3.7. III Encontro Nacional de Povos de Terreiro (Ègbé)

Em junho de 2024, o Inesc apoiou a 3ª edição do Encontro Nacional de Povos de Terreiro Ègbé organizado pelo Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileiro (Cenarab), sob a coordenação-geral da Makota Celinha Gonçalves, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e participou dessa edição. O tema “Nós Somos” foi alinhado com os das duas primeiras edições, “Eu e o Outro”, em 2019, e “Parte de Nós”, em 2022. Em 2024, a proposta do encontro foi organizar ações fundamentadas na compreensão da complexidade do sistema social e político brasileiro, articulada às cosmologias das religiões de matriz africana. O encontro foi um ato de resistência para manter viva a luta pela equidade racial e religiosa no país, além de promover a consolidação de cada terreiro como espaço de memória cultural, ancestral, sendo um micromuseu das heranças afro-brasileiras.

3.8. Atuando na agenda internacional para evitar retrocessos nos territórios

3.8.1. Impactos de acordos internacionais de comércio

O Inesc atuou na agenda de comércio internacional na Rede Birregional contra o **Acordo Mercosul-EU** e a Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira contra os Acordos entre EU-Mercosul e EFTA-Mercosul, em participação ativa nas reuniões das duas frentes. Além disso, assinou a Declaração Conjunta contra o Acordo EU-Mercosul, contando com mais de 400 assinaturas de organizações da sociedade civil. A falta de transparência e de participação social em relação ao texto acordado são as principais críticas ao Acordo, além dos impactos negativos para o meio ambiente e a saúde pública.

A declaração foi compartilhada nas redes sociais pelas organizações signatárias e enviada para diferentes setores da sociedade, para o Parlamento e o Executivo.



3.8.2. O Inesc na COP 29

Entre os dias 13 e 21 de novembro de 2024, acompanhamos as atividades da **COP 29**, em Baku, no Azerbaijão, e delas participamos. Durante a Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), exibimos a [websérie “Tapajós”](#) em parceria com Krasnoyarsk Regional Public Ecological Movement “Friends of the Siberian Forests” (FSF) e Sikh Human Rights Group (SHRG).

Participamos também de um *side-event* na zona azul da COP debatendo “a importância do financiamento público para soluções reais”, promovido pela Global Forest Coalition, pelo Centre for Community Economics and Development Consultants Society (Cecoedecon), pela Indigenous Educational Network of Turtle Island e pelo Krasnoyarsk Regional Public Ecological Movement “Friends of the Siberian Forests”. Somamo-nos também na realização do *side-event* “*Trade and climate: can policy deliver efficient location of zero-emissions industry for net zero?*”, promovido pela Both Ends, FARN, Latinddad, Inesc/Rebrip.

A equipe do Inesc se dedicou a preparar conteúdos sobre a conferência, levantando os [principais temas a serem abordados](#) que, no caso da edição de 2024, foi considerada a COP do financiamento. Durante o acompanhamento das negociações, [avaliamos](#) o quanto as propostas efetivas se desdobraram em resultados pouco ambiciosos, se comparados às urgências e às necessidades dos eventos climáticos extremos no mundo, sobretudo do Sul Global.

Por fim, como sociedade civil brasileira que acompanha as negociações de clima desde a Rio 92, o sentimento foi de frustração, com o forte *lobby* do petróleo e a ausência do tema da redução de combustíveis fósseis. A única negociação que caminhou foi relativa ao Artigo 6 do Acordo de Paris, que estabelece mecanismos para o funcionamento do Mercado de Carbono, demonstrando que financeirização da natureza é o caminho que mais se consolida ao longo das COPs.



Na COP 29, sociedade civil pede financiamento dos países ricos para combater mudanças climáticas

3.8.3. O Inesc na Cúpula dos Povos frente ao G20

Tradicionalmente, a sociedade civil organiza a Cúpula dos Povos como espaço autônomo, paralelo e independente das cúpulas oficiais. Esses espaços são fundamentais para a construção de leituras coletivas sobre conjuntura, posicionamentos críticos e construção das estratégias comuns. Em relação ao G20, o Inesc teve papel fundamental na organização da **Cúpula dos Povos frente ao G20**, que reuniu 428 organizações, no dia 14 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro.



3.8.4. Criação do Fórum Latino-americano da Decolonização da Cooperação

Inesc, Latindadd, Acapacá, Clacso e outras organizações e movimentos sociais da América Latina lançaram em Lima, Peru, em dezembro de 2024, o Fórum Permanente para a Descolonização da Cooperação. Trata-se de novo espaço de reflexão e ação que busca transformar as práticas tradicionais de cooperação por meio da incorporação de perspectivas decoloniais, feministas e antirracistas. Seu compromisso é com uma cooperação igualitária, justa e necessária. Projetado para ser um veículo de mudança de longo prazo, o Fórum tem como objetivo abordar e desafiar a dinâmica de poder e desigualdade que caracteriza a cooperação internacional ao desenvolvimento.

O Fórum Permanente surge em um contexto de crescente questionamento do modelo tradicional de cooperação internacional, no qual as agendas e os recursos têm sido dominados por atores do Norte Global. Com a participação de organizações, movimentos e universidades da América Latina e do Caribe, o Fórum visa promover uma cooperação que não apenas respeite e valorize o conhecimento do Sul, mas também promova a igualdade de gênero e de raça e esteja alinhada com os princípios de justiça social e transformação estrutural.

O próximo encontro do Fórum será realizado em junho de 2025, em Bogotá, Colômbia, no âmbito da X Conferência da Clacso.



3.8.5. A defesa da criação do Conselho Nacional de Política Externa (Conpeb)

Com a liderança do presidente Lula, o Brasil reassume seu protagonismo nas questões de governança global, de meio ambiente e clima e de combate à fome e à pobreza, com a presidência do G20, em 2024, e do Brics e da COP 30, em 2025. Nesse contexto, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), da qual o Inesc integra a coordenação, e representantes de outras organizações e movimentos sociais retomaram uma pauta de mais de 20 anos e formalizaram a proposta de criação de um Conselho Nacional de Política Externa (Conpeb) ao Itamaraty, à Secretaria-Geral e à Presidência da República, recebendo reações positivas. Foram organizados dois eventos no âmbito do G20 Social, nos quais foram debatidos diferentes aspectos do Conpeb. Cabe agora criar o conselho no âmbito do Ministério das Relações Exteriores assegurando a diversidade e a experiência internacional da sociedade brasileira.

3.8.6. Contribuindo para fortalecer a agenda internacional do Consea

O Inesc integra o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) na qualidade de observador. Além de participar de reuniões plenárias e do Grupo de Trabalho Internacional, o Inesc tem contribuído com o debate sobre financiamento da segurança alimentar e nutricional no mundo, buscando desfazer a narrativa dominante de que não existe orçamento público para tal. Argumenta-se que é possível mobilizar recursos adicionais por meio da implementação de sistemas tributários mais justos e progressivos e da revisão do endividamento dos países do Sul Global, entre outras medidas. Daí, a importância dos movimentos de defesa do direito humano à alimentação se aproximarem dos movimentos de justiça tributária.

Temos também participado dos debates sobre a estreita conexão entre a segurança alimentar e nutricional e as mudanças climáticas, uma vez que a forma de produzir e consumir alimentos é, ao mesmo tempo, causa e consequência do aquecimento global. Nesse sentido, defendemos que os movimentos de defesa do direito humano à alimentação se juntem aos movimentos de justiça climática.

4. Objetivo específico 3: coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista

o Inesc atua na defesa da democracia e na construção de relações de poder inclusivas e justas. Para isso, integra a Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político e o Pacto pela Democracia, mas também desenvolve ações próprias ou em parceria com outros atores coletivos.

4.1. A luta por Outro Sistema Político

Em dezembro, foi realizado o Encontro Nacional da Plataforma, onde foram discutidas as prioridades e estratégias para o próximo período (2025/2026), além da eleição do novo **Grupo de Referência (GR)**, que irá coordenar a Plataforma nos próximos dois anos. Pela norma da Plataforma aprovada em 2019, uma organização só pode estar por dois mandatos no GR. Com isso, o Inesc deixa de estar na coordenação da Plataforma pela primeira vez.

Integramos o **Grupo de Trabalho Violência Política de Gênero do Ministério Público Federal**, representando a Plataforma, coordenado pela procuradora Raquel Branquinho, por meio do qual manifestamos coletivamente quanto ao tema.

O Inesc atuou contra a PEC 09/23, conhecida como a **PEC da Anistia**, por meio do GT Mulheres e Violência Política do Pacto pela Democracia e do GT Reforma Eleitoral da Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político, construindo cartas de posicionamento e nos manifestando na Comissão de Constituição e Justiça, CCJ, da Câmara dos Deputados. A PEC previa a anistia aos partidos que não respeitaram as cotas e o financiamento para as candidaturas de mulheres e de candidaturas negras.

Escrevemos um [artigo](#) para provocar o debate na sociedade. Mesmo diante dos esforços, infelizmente, a PEC 09 foi aprovada, tornando-se a Emenda Constitucional 133/24.

O Inesc atuou contra os retrocessos da minuta do **Novo Código Eleitoral** por meio do GT Reforma Eleitoral da Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político. O Novo Código Eleitoral apresenta retrocessos para a representatividade de mulheres, pessoas negras e indígenas, bem como em relação à distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral, entre outras questões.

1. Lançamos uma nota em abril, assinada pela Plataforma (+ de 150 organizações representadas), e 125 organizações assinaram: [Nota sobre novo Código Eleitoral: Menos mulheres na política? Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político Organizações Parceiras – Reforma Política \(reformapolitica.org.br\)](#)
2. A nota foi enviada para a caixa de *e-mails* de todos os senadores e senadoras, o que rendeu uma reação a nosso favor da senadora Soraya Thronicke: [Soraya Thronicke ‘vira onça’ com relator do novo código eleitoral; veja bastidores – Estadão \(estadao.com.br\)](#)
3. Conseguimos apoio do Conselho Nacional de Participação Social e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, respectivamente. Essa assinatura foi importante, pois o governo não queria se posicionar sobre o tema: [Conselhos nacionais assinam manifesto contra retrocessos do novo Código Eleitoral - Reforma Política \(reformapolitica.org.br\)](#)
4. Lançamos outra nota sobre a necessidade de participação e debate sobre o novo código: [Manifestação pela Participação Ampla no Debate do Novo Código Eleitoral – Reforma Política \(reformapolitica.org.br\)](#)
5. Conseguimos a assinatura de 43 advogados eleitoralistas em apoio à nota: <https://www.instagram.com/p/C77CLGtua-T/?igsh=cjZvNGxyNjZ4aWQ2>

A nova minuta do Código Eleitoral continua a sua tramitação em 2025, tornando-se uma das prioridades do Inesc.

4.2. Inesc fortalecendo os processos democráticos

4.2.1. Eleições 2024

Levantamentos realizados pelo Inesc em parceria com o coletivo *Common Data* revela **perfil das candidaturas nas Eleições 2024**, bem como informações sobre eleitos e eleitas, com objetivo de ampliar o debate na sociedade e de reivindicar uma democracia mais justa e representativa. Foram [lançados fascículos](#) sobre o perfil geral – e os específicos –, como presença de religiosos e militares nas urnas e candidaturas únicas e duplas para eleição majoritária. Também foram lançados artigos de opinião sobre a distribuição dos recursos, considerando a manifestação contra a PEC 09/24 realizada com a Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político e sobre os avanços e desafios para as candidaturas negras no período de 2014 a 2024.

4.2.2. Política Nacional de Cuidados

Atuamos como Fórum Feminista Antirracista por uma **Política Nacional de Cuidados** participando da consulta pública e de outras reuniões convocadas pelo Ministério Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Manifestamos na elaboração do texto da Política Nacional aprovado no Congresso Nacional em dezembro de 2024. Também participamos, como Inesc, por meio de representação do Conselho Nacional de Participação Social, da consulta pública sobre a PNC.



Foto do evento “Política Nacional de Cuidados em Diálogo: Horizontes do cuidado no marco da Política Nacional”, promovido pelo MDS e a Enap em 15 de outubro.

4.2.3. Participando da Câmara Técnica de Transformação do Estado

O Inesc foi convidado a integrar a Câmara Técnica de Transformação do Estado (CTTE) como representante da sociedade civil. A CTTE, liderada pela ministra Esther Dweck do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o “Conselhão”. Ela se propõe a ser um espaço para discutir medidas relacionadas à transformação do Estado, visando à redução das desigualdades e à promoção do desenvolvimento sustentável, digital e inclusivo, com foco na ampliação de capacidades estatais e na melhoria da entrega de serviços públicos à sociedade. O Inesc tem buscado contribuir sugerindo a ampliação e a diversificação do número de organizações e movimentos sociais participantes do espaço, assim como recomendando o olhar atento às questões de gênero e raça no âmbito do serviço público.

4.2.4. Participando do Conselho de Participação Social da Presidência da República

Seguimos participando ativamente do Conselho de Participação Social no ano de 2024. O desafio não só de reconstrução, mas de ampliação do que concebemos como espaços de participação social foi um dos debates que o Inesc, juntamente com outras organizações e outros movimentos membros do CPSPR produziram durante o ano. Para esse debate, integramo-nos a uma Comissão do CPS que tem como objetivo elaborar princípios e diretrizes para uma Política Nacional de Participação Social. Esses insumos devem ser apresentados na Plenária do CPS, mas também ter uma dimensão ampla de debate público a partir da realização de seminários envolvendo poderes públicos, universidades e sociedade em geral, e diálogos que integrem outros Conselhos a partir do Fórum Interconselhos. Esperamos avançar nesse diálogo ao longo de 2025.

4.2.5. Participando do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC)

O Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) integra a estrutura da Controladoria-Geral da União (CGU). O Inesc integra dois GTs, um de Avaliação de Políticas Públicas e outro de Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental. Tivemos três manifestações acatadas pelo Conselho e pela CGU: que o comitê calamidade climática criado em função das enchentes no RS fosse permanente assim como a página de monitoramento dos recursos; e que a avaliação das obras do PAC incluísse as comunidades impactadas e tivesse uma página no Portal da Transparência especialmente para os recursos da COP 30.

5. Objetivo específico 4: o Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimorada

O Inesc manteve, em 2024, seu compromisso com processos contínuos de formação e aperfeiçoamento, reforçando a importância do desenvolvimento de competências para atuação qualificada em temas estratégicos da nossa instituição, e procurou novas fontes de recursos.

Em 2024, 52% dos profissionais participaram de **formações** voltadas para áreas essenciais, como mercado de carbono, encontros com parceiros, direitos especiais de saque como ferramenta de financiamento, encontros de aprendizagem em monitoramento e avaliação, ciclo de formação para preparação da COP 29 e treinamento na plataforma MROSC. Como destaque, a nossa gerente financeira participou do evento Boas Práticas de Gestão Financeira, realizado em Salvador, ampliando seus conhecimentos e contribuindo para a excelência na gestão institucional. Essas capacitações refletem o esforço da organização em acompanhar as demandas atuais e fortalecer as habilidades da equipe para enfrentar desafios complexos.

Em 2024 continuamos com a estratégia de **ampliar fontes de financiamento**. Conseguimos quatro novas fontes. Com isso, superamos a situação de 2023 que apresentou um déficit coberto pelo fundo de reserva, e conseguimos contratar três profissionais para o quadro da instituição. Junto a isso, continuamos a nos capacitar internamente para acessar fundos maiores de financiamento, o que nos exigirá novas formas de nos organizarmos.

O plano de contas do **sistema Radar** foi atualizado, e o módulo Radar Gerencial foi incorporado à plataforma, representando uma importante inovação para a organização. O Radar é um sistema que simplifica a gestão e o controle, amplia a transparência e garante a segurança dos dados, fornecendo informações essenciais para a administração financeira e contábil. Além disso, seus diversos relatórios, consultas e gráficos tornam o Radar uma ferramenta eficiente de informação e suporte gerencial, oferecendo dados imediatos e facilitando a produção de relatórios para prestação de contas e auditorias.

Em 2024, o Inesc recebeu quatro organizações para promoção de intercâmbio em Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem e Sistematização (**PMAAS**). Tivemos a oportunidade apresentar nossa metodologia e trocar experiência com a Red Latinidad, Fian Brasil, Fase e Reprograma. Consideramos essa prática um exemplo inovação entre as OSC, uma vez que, ao fomentar a troca de conhecimentos e experiências, cria-se um ambiente propício para a exploração de novas ideias e processos de trabalho. Essa colaboração permite a sistematização e adaptação de práticas, bem como o desenvolvimento de abordagens inovadoras para desafios sociais e políticos. A inovação, nesse contexto, não se limita à criação de algo totalmente novo, mas visa também à melhoria

e aplicação criativa de métodos existentes, tanto internamente quanto em suas ações externas. Essa iniciativa reforça o papel das OSC como agentes de transformação, capazes de gerar impactos positivos por meio da cooperação e da reinvenção constante.

5.1. Comunicação

Em 2024, a comunicação do Inesc passou por importantes transformações estruturais. A principal mudança foi a descontinuidade de um profissional interno dedicado à gestão e ao monitoramento das redes sociais, ao passo que tivemos o apoio da agência de publicidade externa nessa área, a “Oliva”.

Apesar desses desafios, mantivemos o compromisso de fortalecer a imagem do Inesc como referência nas temáticas de orçamento público e justiça fiscal, divulgando nossos estudos e promovendo informação qualificada, tentando impactar as discussões políticas e sociais no Brasil.

Principais resultados:

- **Expansão no Instagram:** registramos um crescimento de 31,4% no número de seguidores e um aumento de 40% nas impressões de postagens nessa rede social. Esse resultado foi impulsionado por campanhas estratégicas, como a que abordou os subsídios às fontes fósseis e renováveis de energia, além do uso de Meta Ads para impulsionamento de conteúdo.
- **Aumento do tráfego no site:** o número de acessos ao site cresceu 23,7% em relação a 2023, alcançando o total de 284.168 visualizações de páginas durante o ano.
- **Captação de leads:** o lançamento dos estudos “*Balanço do Orçamento da União*” e “*Subsídios às Fontes de Energia*” resultou na captação de 365 novos contatos por meio de formulário em nosso site. No entanto, visando à otimização da performance de *e-mail marketing*, realizamos uma “limpeza” na base de contatos, excluindo *e-mails* inativos, o que levou a uma redução de 8,4% no total de destinatários das *newsletters*.
- **Ampliação da presença digital:** reforçamos nossa presença na rede social LinkedIn e iniciamos nossas atividades na plataforma Bluesky, buscando alcançar um público mais alinhado às nossas pautas. Além disso, o fortalecimento da nossa estratégia de redes e *e-mail marketing* ampliou o alcance dos nossos estudos. O relatório “*Balanço do Orçamento da União*”, por exemplo, teve um aumento de cerca de 200% no número de *downloads* em relação ao ano anterior.

Pontos de atenção:

- **Desempenho no Google:** apesar dos investimentos na plataforma, por meio do Google Ads Grants, não conseguimos avanços significativos no ranqueamento de busca para os termos “orçamento público” e “justiça fiscal”. No primeiro termo, a página do Inesc não figura entre os principais resultados, competindo com portais governamentais como o do Ministério do Planejamento, o Portal da Transparência, o da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o da Câmara dos Deputados. No segundo termo, ocupamos a 19ª posição. A aferição desses indicadores foi realizada por meio da ferramenta SEMrush, especializada em análise e monitoramento de visibilidade on-line.
- **Presença na mídia:** a quantidade de menções ao Inesc na imprensa sofreu uma queda de 27,3%. Acreditamos que a queda pode ter sido influenciada pela pouca aceitação do nosso relatório com o balanço do orçamento pela mídia este ano, que se mostrava mais interessada em anos anteriores.
- **RadioWeb:** foram produzidos 11 boletins de áudio, reproduzidos 2.859 vezes por rádios em todo o país. Esse volume representa uma redução de 7,6% em relação ao ano anterior, que teve a mesma quantidade de boletins, sobre o mesmo tema: nosso relatório anual com o balanço do orçamento da União.
- **Impactos no Twitter/X:** as mudanças na política da plataforma e seus desafios jurídicos no Brasil levaram a uma migração de usuários, afetando nosso engajamento. Houve uma queda de 3,4% no número de seguidores. Criamos uma conta no Bluesky, mas sua adoção ainda é incipiente e, por questões de discordância com as políticas do X, estamos avaliando sair.

Apesar das adversidades, conseguimos avançar em estratégias digitais, ampliar nosso alcance no Instagram e otimizar nossa base de *e-mails*. Para os próximos anos, é essencial continuar investindo em mecanismos de otimização de buscas e na recuperação do espaço na mídia tradicional. Além disso, as recentes mudanças nas políticas das plataformas Meta e X representam desafios adicionais para nossa estratégia de comunicação, fazendo-nos buscar o fortalecimento da nossa presença em novas plataformas, como o TikTok, e até em estratégias off-line de comunicação e debate público.

6. Considerações finais: desafios para 2025

Apesar da vitória eleitoral de 2022 e das lutas das organizações e dos movimentos de enfrentamento da extrema direita, ela continua viva e ativa, tanto no Parlamento como nas conquistas importantes que tiveram no processo eleitoral de 2024. Os responsáveis pela tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 começaram a ser julgados e denunciados, inclusive os militares. As investigações seguem na tentativa de identificar os financiadores.

Os desafios do governo Lula persistiram e se aprofundaram em 2024. Um governo que precisa ir muito além do simples “requestrar” discursos, políticas e modelos de governabilidade dos governos anteriores. Um governo com uma base política que o quer mais ao centro, pois defende a manutenção de poderes e privilégios, e uma base social que o quer mais à esquerda, pois entende que somente assim é possível enfrentar as grandes questões que assolam a vida concreta do povo.

Só se enfrenta a extrema direita melhorando a vida concreta do povo. Mesmo com melhoria dos indicadores socioeconômicos, a sensação do povo é de que pouco se melhorou, pois as cidades continuam sendo espaços de caos, violência e medo. O campo, altamente impactado pelos eventos climáticos extremos, segue cada vez mais fragilizado em função do subfinanciamento e com gargalos para produzir alimentos saudáveis e com custos aceitáveis. Tudo isso permeado pelo racismo e sexismo que seguem com suas várias formas de violências e extermínio.

A crescente consolidação da extrema direita e seus fundamentalismos e “negacionismos” não é uma particularidade do Brasil. Ela é vista e sentida por muitos países da América Latina, na Europa e no mundo. Esse fenômeno só fortalece o que temos vivenciado no Brasil.

O ano de 2025 não será fácil, não somente porque a economia irá crescer menos, mas, também, porque os recursos orçamentários serão limitados em decorrência do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que estabelece um teto aos gastos públicos e tem impedido a ampliação de recursos para a execução das políticas públicas. Ademais, o Congresso Nacional, majoritariamente conservador e clientelista, impõe fortes restrições à atuação do Executivo, ao mesmo tempo em que mantém o controle sobre o orçamento público, sem qualquer indício de regressão nesse cenário.

Mas também 2025 pode ser o ano da “virada”! Ano que o governo tem a oportunidade de mudar o *modus operandi* de se relacionar com o campo político das organizações e dos movimentos sociais e populares que o elegeram. Oportunidades não faltam! 2025 será um ano rico de manifestações populares que reivindicam o fortalecimento e a ampliação de direitos: Acampamento Terra Livre (ATL), plebiscito popular, 4ª Marcha das Mulheres Indígenas, Congresso Nacional das Mulheres Camponesas, Cúpula dos Povos Rumo à

COP 30 e a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras. Lutas de base social se manifestando por grandes mudanças estruturais e que são imperativas para repensar o programa de governo, a própria política e a necessária ampliação da democracia.

Apesar desse quadro pouco otimista, o Inesc continuará adotando uma postura propositiva, mas também crítica, para fazer contraponto às forças conservadoras que sustentam a aliança política em torno de Lula. A tarefa será árdua em 2025, no entanto, firmes na missão que sustenta o Inesc há mais de 45 anos, seguiremos com ações e articulações combativas diante do crescimento da extrema direita no Brasil e em defesa da democracia.

ANEXO 1: Inserção política do Inesc nos âmbitos local, nacional e internacional

O Inesc participa de diversas redes e articulações e, em algumas delas, integra as instâncias de coordenação.

Em âmbito nacional:

- ABCD – Ação Brasileira de Combate às Desigualdades
- Abong – Associação Brasileira de ONGs
- Aliança Ferrogrão Não!
- Articulação Energia e Comunidades
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- Coalizão pela Mobilidade Triplo Zero (zero tarifa, zero emissões, zero mortes no trânsito)
- Coalizão Direitos Valem Mais!
- Coalizão Energia Limpa (transição justa e livre do gás)
- Coalizão Negras por Direitos
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração
- FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
- Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas
- Fórum Feminista Antirracista por uma Política Nacional de Cuidados
- Frente Brasil Popular
- Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira contra os Acordos entre UE-Mercosul e EFTA-Mercosul
- Frente Parlamentar Ambientalista
- Grupo Carta de Belém
- GT Agenda 2030
- GT Infraestrutura
- MNI – Mobilização Nacional Indígena
- Movimento Agenda 227
- Observatório do Clima
- Pacto pela Democracia
- PAD – Processo de Articulação e Diálogo
- Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
- Plataforma dos Movimentos Sociais por um Outro Sistema Político
- Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil
- Projeto Brasil Popular
- RAC – Rede de Advocacy Colaborativo
- Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos

- Rede por Adaptação Antirracista
- Rede Nacional de Ativistas pela Educação do Fundo Malala

Em âmbito internacional:

- The Global Campaign to Reclaim Peoples' Sovereignty, Dismantle Corporate Power and Stop Impunity
- Campanha contra a Austeridade
- CEAAL – Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe
- CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
- Comitê Impulsor da Iniciativa Princípios e Diretrizes de Justiça Fiscal e Direitos Humanos
- Fórum Social Mundial de Justiça e Democracia
- GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency
- Grupo de Trabalho sobre o BRICS da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento
- Latindadd – Red Latinoamericana por Justicia Económica y Social
- RJFALyC – Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe
- Tribunal Popular Internacional sobre o Sistema de Justiça
- Stop EU-Mercosur Agreement

ANEXO II: Resultado alcançados em 2024

Objetivo geral: o Brasil avança na construção de um ambiente democrático, com distribuição de poder, e orienta seu orçamento público para promover direitos com equidade.

Objetivos Específicos	Resultados	Indicadores	Linha de Base 2021	2022	2023	2024
OE1 – Sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo.	R1.1 Sujeitos de direitos diversos formados na metodologia O&D incidem junto aos poderes públicos na defesa de seus direitos.	I-1.1.1 % de pessoas formadas que realizaram atividades de incidência no orçamento público (municipal, estadual ou nacional) no ano da formação.	7%	7%	21%	9%
		I-1.1.2 % de pessoas formadas que realizaram atividades de incidência referentes às desigualdades de gênero e raça no ano da formação.	0%	7%	9%	23%
	R1.2 Políticas públicas incorporam demandas do Inesc e parceiros para garantir direitos.	I-1.2.1 Número de medidas implementadas pelos poderes públicos, em âmbito local, estadual e nacional, como resultado da atuação do Inesc e dos parceiros formados.	36	8	18	3
		I-1.2.2 Número de medidas implementadas pelos poderes públicos nas áreas de igualdade racial e equidade de gênero, em âmbito local, estadual e nacional, como resultado da atuação do Inesc e dos parceiros formados.	6	3	5	5
	R1.3 Atores públicos internacionais e coalizões de OSC incorporam propostas do Inesc e parceiros por justiça e equidade (IFI, Agenda 2030, OEA, CDH/ONU).	I-1.3.1 Número de medidas implementadas por atores públicos internacionais como resultado da contribuição do Inesc e parceiros (IFI, Agenda 2030, OEA, CDH/ONU).	2	3	2	3
	R1.4 Inesc reconhecido como referência nas áreas de orçamento público e justiça fiscal.	I-1.4.1 Número de citações ao Inesc nas mídias nas temáticas fiscal e de justiça econômica.	1.444	2.809	3.254	1.680
		I-1.4.2 Posição do Inesc na página do Google quando se pesquisa “orçamento público” e “justiça fiscal”.	Nona página	2º Justiça Fiscal sem posição Orç. Pub	7º Justiça Fiscal sem posição Orç. Pub	19º Justiça fiscal sem posição Orç. Pub
		I-1.4.3 Número de citações ao Inesc nas temáticas fiscal e de justiça econômica nas mídias internacionais.	0	61	14	91

Objetivos Específicos	Resultados	Indicadores	Linha de Base 2021	2022	2023	2024
OE2 – Sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional.	R2.1 Processos formativos impulsionados pelo Inesc assim como informações produzidas pelo Instituto mobilizam sujeitos de direitos para incidir junto a poderes públicos locais e nacionais no sentido de fortalecer uma narrativa de territórios sustentáveis, justos e fundados em direitos.	I-2.1.1 Número de sujeitos parceiros do Inesc – locais, regionais e nacionais – que agem para fortalecer uma narrativa de territórios sustentáveis, justos e fundados em direitos.	20	21	113	191
		I-2.1.2 Número de ações culturais que fortalecem as narrativas de resistências e de afirmação das lutas populares.	35	8	5	7
	R2.2 Atores públicos internacionais e coalizões de OSC incorporam propostas do Inesc e parceiros por justiça e equidade (COP, Acordos UE/Mercosul e EFTA).	I-2.2.1 Número de medidas implementadas por atores públicos internacionais como resultado da atuação do Inesc com parceiros (COP, Acordos Mercosur/UE e Mercosul/EFTA).	0	2	2	2
OE3 – Coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista.	R3.1 Plataforma dos Movimentos Sociais <i>por Outro</i> Sistema Político fortalecida pela ação do Inesc.	I-3.1.1 Número de organizações, movimentos e coletivos que participam da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político com o apoio do Inesc.	92	138	146	154
		I-3.1.2 Números de impressões e visualizações dos canais de comunicação (site, mídias sociais) da Plataforma dos Movimentos Sociais por um outro Sistema político	60.966	74.821	49.173	31.788
	R3.2 Inesc atuando com outros para fortalecer o debate sobre a democracia.	I-3.2.1 Número de medidas implementadas pelos poderes públicos como resultado da atuação do Inesc com outros.	9	5	9	6
OE4 – O Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimoradas.	R4.1 O Inesc é uma organização que incorpora processos de aprendizagem, <i>até mesmo</i> para assegurar sua sustentabilidade financeira.	I-4.1.1 Valor total do orçamento do Inesc.	R\$ 9,4 milhões	10,6 milhões	10,7 milhões	R\$ 9,3 milhões
		I-4.1.2 Número de ações de inovação implementadas.	4	1	2	2
		I-4.1.3 % de pessoas negras nos espaços decisórios (Conselho Diretor, Colegiado de Gestão).	0	38%	38%	38%
	R4.2 O Inesc com maior integração e colaboração entre as áreas.	I-4.2.1 % de profissionais do Inesc participando de processos de formação.	62%	74%	100%	52%
		I-4.2.2 % de pessoas da equipe do Inesc satisfeitas em relação à integração e colaboração.	87%	87%	83%	91%

